

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Gabrielle Regina Miguel Barbosa

Fiscal Ambiental/IMAM

Engenheira Florestal/Mestre em Agronomia

Sergilaine de Matos da Silva

Fiscal Ambiental/IMAM

Bióloga/Mestre em Biologia Geral-Bioprospecção

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Desde o princípio da humanidade

Profissões são associadas a aspectos **POSITIVOS**

bombeiro
médico
parteira
professor

Profissões são associadas a aspectos **NEGATIVOS**

políticos
cobradores de impostos
coveiros
policiais
fiscais

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Nível Nacional

IBAMA e ICMBIO

Estadual

IMASUL

Municipal



FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Todos esses órgãos juntos devem atender à **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)** estabelecida pela Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, formando com isso o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

DESAFIO ATUAL

Compatibilizar a conservação ambiental com o desenvolvimento



NECESSIDADE

- Satisfazer as necessidades primordiais;
- Melhorar a qualidade de vida das comunidades;
- Garantir a proteção dos recursos naturais e construindo uma sociedade mais justa social e economicamente.

FISCAIS AMBIENTAIS

Prestam serviços de proteção do patrimônio ambiental.



MEIO AMBIENTE

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional de Meio Ambiente diz: Art. 3º, inciso I – “Meio Ambiente: é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

MEIO AMBIENTE

A Constituição Federal de 1988 Art. 225 –
“Todos têm direito ao meio ambiente
ecologicamente equilibrado, bem de uso
comum do povo e essencial à sadia
qualidade de vida, impondo-se ao poder
público e à coletividade o dever de
defendê-lo e preservá-lo para as presentes
e futuras gerações”.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL



O cidadão pode fazer tudo, menos o que é proibido pela lei.

Ao contrário,

O órgão fiscalizador só pode fazer o que a lei prevê.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Deve ser acionada sempre que o interesse individual se sobrepuja ao interesse da sociedade, estando inseridas nesse contexto as infrações cometidas contra o meio ambiente.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Ostensiva:

Os Fiscais Ambientais desenvolvem tal atividade estando à mostra, ou seja,

- bem **visíveis**,
- **uniformizados** e
- em **veículos caracterizados**.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Velada, secreta:

Os Fiscais agem de forma oculta,

- **sem uniforme e**
- **com veículos descaracterizados.**

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 55 – Compete à Fiscalização Ambiental:

- I. efetuar vistorias, levantamentos, e avaliações;
- II. lavrar Autos de Constatação e informar sobre a ocorrência de infrações;
- III. lavrar o Termo de Advertência circunstanciado comunicando a infração cometida e as penalidades a que está sujeito;
- IV. lavrar autos de infração;

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 55 – Compete à Fiscalização Ambiental:

V. lavrar termos de embargos e interdição;

VI. lavrar termos de apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e da flora, instrumentos, equipamentos ou veículos de quaisquer natureza utilizados na infração;

VII. lavrar termos de depósitos ou guarda de instrumentos, equipamentos ou veículos de quaisquer natureza utilizados na infração;

VIII. lavrar termos de suspensão de venda ou de fabricação de produto;

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 55 – Compete à Fiscalização Ambiental:

IX. elaborar laudos técnicos de inspeção;

X. intimar, por escrito, os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos em local e data previamente determinados;

XI. desenvolver operações de controle aos ilícitos ambientais;

XII. prestar atendimento a acidentes ambientais, encaminhando providências no sentido de sanar os problemas ambientais ocorridos;

VALORES DAS MULTAS – LEI 055/2002

Artigo 55 – Compete à Fiscalização Ambiental:

XIII. vistoriar instalações hidráulicas e sanitárias de imóveis;

XIV. fiscalizar estabelecimentos que exercem exploração econômica dos recursos hídricos;

XV. fiscalizar a circulação de veículos com cargas perigosas;

XVI. exercer outras atividades que lhes vierem a ser designadas;

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

LEI N° 3.959, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

“Dispõe sobre o **monitoramento da vegetação arbórea** e estímulos à **preservação das áreas** no **Município de Dourados-MS**, e dá outras providências.”



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

LEI N° 3.339, DE 08 DE JANEIRO DE 2010

“Dispõe sobre os **serviços de propaganda sonora nas vias e logradouros públicos** no Município de Dourados-MS.”



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008

“Dispõe sobre as **infrações e sanções administrativas ao meio ambiente**, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Resolução Conama nº 303, de 20 de março de 2002

“Dispõe sobre parâmetros, definições e **limites de Áreas de Preservação Permanente.**”

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 055, DE 19 DE DEZEMBRO DE
2002**

POLITICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LEI VERDE

INFRAÇÕES	POTENCIAL POLUIDOR	VALORES EM REAIS	
		SEM LICENÇA	DESACORDO COM A LICENÇA
I- iniciar a instalação de qualquer empreendimento ou atividade real ou potencialmente poluidora sem licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;	Baixo	330,00 a 8.800,00	165,00 a 4.400,00
	Médio	880,00 a 22.000,00	440,00 a 11.000,00
	Alto	1.650,00 a 88.000,00	880,00 a 44.000,00
II- iniciar ou prosseguir em operação de empreendimentos ou atividades sem licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;	Baixo	330,00 a 8.800,00	165,00 a 4.400,00
	Médio	880,00 a 22.000,00	440,00 a 11.000,00
	Alto	1.650,00 a 88.000,00	880,00 a 44.000,00
III- testar instalação ou equipamentos sem licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida;	Baixo	165,00 a 5.500,00	110,00 a 3.300,00
	Médio	275,00 a 9.900,00	165,00 a 6.600,00
	Alto	825,00 a 22.000,00	440,00 a 16.500,00

INFRAÇÕES	POTENCIAL POLUIDOR	VALORES EM REAIS
IV- deixar de efetuar o registro da atividade ou empreendimento no Cadastro Técnico de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	Baixo	165,00 a 3.300,00
	Médio	275,00 a 7.700,00
	Alto	825,00 a 19.800,00

INFRAÇÕES	VALORES EM REAIS
V- impedir, dificultar, embaraçar, desacatar ou desrespeitar agentes da fiscalização ambiental ou da guarda ambiental;	110,00 a 22.000,00
VI- sonegar dados ou informações, presta-las de forma falsa ou modificada ou alterar dados técnicos e documentos;	110,00 a 44.000,00
VII- prosseguir atividades suspensas pelo Sistema Municipal de Meio Ambiente;	440,00 a 99.000,00
VIII- reativar instalações ou atividades interditadas pelo Município;	550,00 a 132.000,00

INFRAÇÕES	VALORES EM REAIS
IX- descumprir exigências técnicas ou administrativas formuladas pelo IPLAN, ou prazos estabelecidos;	110,00 a 44.000,00
X- descumprir no todo ou em parte de Termos de Compromisso ou de Termos de Ajuste de Conduta assinados junto ao IPLAN;	220,00 a 66.000,00
XI- descumprir cronograma ou prazos de obras;	220,00 a 44.000,00
XII- comercializar equipamentos, máquinas, meios de transporte, peças, materiais, combustíveis, produtos, matérias-primas e componentes em desconformidade com a legislação ambiental vigente;	220,00 a 330.000,00
XIII- adulterar produtos, matérias primas, equipamentos, componentes e combustíveis, ou utilizar artifícios e processos que provoquem o aumento da emissão de poluentes ou prejudiquem a correta avaliação dos níveis de poluição;	330,00 a 330.000,00

INFRAÇÕES	VALORES EM REAIS
XVI- causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora	88,00 a 440.000,00
XVII- matar, perseguir , caçar, destruir, mutilar, capturar, e comercializar espécimes da fauna silvestre local, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais;	165,00 a 1.100.000,00
XVIII- proceder o desfazimento de leira sem a devida licença;	88,00 a 440.000,00
XIX- provocar queimada ao ar livre sem a devida autorização;	80,00 a 550.000,00
XX- provocar incêndio em mata ou floresta;	220,00 a 1.110.000,00
XXI- causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação Ambiental, Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Proteção aos Mananciais;	220,00 a 1.100.000,00

INFRAÇÕES	VALORES EM REAIS
XXII- causar poluição da água por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou substâncias tóxicas, bem como de mananciais destinados ao abastecimento de água potável;	100,00 a 1.000.000,00
XXIII- lançar resíduos sólidos “in natura” em locais vedados pela presente lei, bem como armazena-los em edificações inadequadas;	55,00 a 440.000,00
XXIV- emitir som acima dos padrões estabelecidos pela legislação pertinente;	88,00 a 440.000,00
XXV- provocar alteração adversa dos recursos paisagístico e cênico do meio urbano, bem como da qualidade de vida da população, mediante o uso abusivo ou desordenado de meios visuais;	88,00 a 440.000,00
XXVI- promover a má utilização do solo, efetuando a extração de jazidas minerais sem a devida autorização ambiental e o lançamento de substâncias ou produtos poluentes em caráter temporário ou definitivo;	330,00 a 1.100.000,00

INFRAÇÕES

VALORES EM REAIS

XXVII- estacionamento de veículos, a instalação de alto-falante, caixa acústica ou similares em postos de abastecimentos comerciais, sem a devida autorização do órgão público municipal 110,00 a 110.000,00

XXVIII- transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente 110,00 a 110.000,00

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 55 – Compete à Fiscalização Ambiental:

XIII. vistoriar instalações hidráulicas e sanitárias de imóveis;

XIV. fiscalizar estabelecimentos que exercem exploração econômica dos recursos hídricos;

XV. fiscalizar a circulação de veículos com cargas perigosas;


XVI. exercer outras atividades que lhes vierem a ser designadas;

PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS

- Relatório de níveis de pressão sonora;
- Relatório de vistoria;
- Vistoria em área rural ou Distrito do município;
- Relatório Fotográfico;
- Relatório Resposta a Folha Consulta;
- Autorização para retirada de árvores;
- Licença do DNPM (Produção Mineral);
- Termo de compensação;

PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS

- Lavrar termo de embargo e interdição;
- Relatório para Redução de IPTU;
- Termo de compromisso;
- Lavrar termo de apreensão ou depósito de qualquer produto/natureza utilizado na infração.



“O poder de polícia ambiental é o principal instrumento de controle social para garantir ao coletivo, o meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Carta Magna”

Fabricia Nascimento Rosas, 2014.



Muito Obrigada!

Gabrielle Regina Miguel Barbosa

gbarbosa.florestal@gmail.com

Sergilaine de Matos da Silva

sergilainematos@gmail.com